

Um batalhão sob su

Ministério Público denuncia fraude em milhares de anistias por suposta perseguição política a ex-militares da Aeronáutica

DIEGO ESCOSTEGUY E MURILO RAMOS

Nos últimos três anos, 973 ex-integrantes do Exército e da Marinha ganharam indenizações do governo federal, alegando perseguição política durante o regime militar. Na Aeronáutica, o número de indenizações é três vezes maior. São 2.857 casos. Para o Ministério Público, essa liberalidade esconde uma grande irregularidade contra os cofres públicos. "É uma fraude evidente e grosseira", afirma o subprocurador-geral da República Brasilino Pereira dos Santos. Ele investiga o caso há meses e já tem preparada uma ação de improbidade administrativa contra a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, responsável pelas indenizações. No alvo, estão os casos de mais de 2 mil ex-cabos da Força Aérea, que teriam sido indenizados irregularmente. Por mês, eles ganham pensões que somam R\$ 9,5 milhões, e o governo ainda tem de saldar uma dívida de R\$ 772 milhões em salários atrasados.

Todos os casos se baseiam em um artifício jurídico. Em 1964, o governo militar editou a Portaria nº 1.104, que limitava o tempo de permanência dos cabos na Aeronáutica. Antes, eles podiam permanecer no cargo até a aposentadoria. Com a portaria, o tempo máximo na função foi fixado em oito anos. Ao final desse prazo, os militares tinham de passar no exame para sargento ou deixar a Força Aérea. Décadas depois, os militares que foram reprovados ou decidiram não fazer os exames estão pedindo indenização, alegando perseguição política. "Foi uma decisão técnica e impessoal, aplicada a todos os cabos da Aeronáutica, independentemente de posição política", diz o procurador Brasilino. "Portanto, não se pode falar em perseguição individual."

**Anistias
irregulares
custam R\$ 9,5
milhões por
mês ao governo
federal**

Cabo da Aeronáutica entre 1964 e 1972, Wilson Marcolino da Silva foi um dos beneficiados com a anistia. O governo federal reconheceu uma dívida de R\$ 245 mil em salários atrasados e se comprometeu a pagar uma reparação mensal vitalícia de R\$ 2.600. A ficha de Wilson na Aeronáutica, anexada ao processo de anistia, não mostra um rebelde. Do documento constam elogios dos superiores e o registro de que ele pediu desligamento voluntário da caserna.

Localizado por ÉPOCA no Rio de Janeiro, o ex-cabo, que agora é pintor, disse que espera para março os primeiros pagamentos. "Saí da Aeronáutica porque estava acabando meu tempo de serviço", admite. "O pessoal de uma asso-

ciação de cabos me procurou e disse que eu tinha direito a receber um dinheiro", conta. "A turma toda entrou. Gente de todo o país conseguiu esse benefício."

Documentos obtidos por ÉPOCA mostram que o comando da Aeronáutica está insatisfeito com a concessão das anistias.

Uma carta do comandante-geral, brigadeiro Luiz Carlos Bueno, ao Ministério Público reclama que "não foi dado às Forças Armadas o direito de contestar os requerimentos dirigidos à Comissão de Anistia, fazendo com que aquele colegiado decidisse de forma diversa da realidade dos fatos".

Na mesma carta, o brigadeiro diz que, com a criação do Ministério da Defesa, "a independência política do Comando da Aeronáutica ficou comprometida" e a Força teria ficado sem condições de protestar.

O próprio Ministério da Justiça, responsável pela concessão das anistias, já reconheceu a irregularidade em centenas de casos. No início de 2004, o ministro Márcio Thomaz Bastos anulou quase 500 anistias. Eram casos de ex-cabos que se alistaram depois da edi-



Fotos: Claudio Dettmar/Época